

Mudança na aposentadoria de policiais custará R\$ 32 bilhões aos cofres públicos*

Bolsonaro assinou parecer que mudou regras em junho , com base em estudo da Secretaria de Previdência . Tempo para pagar essas aposentadorias e pensões pode durar 90 anos

Paulo Silva Pinto *
28 de julho de 2020

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Polícia Rodoviária Federal será beneficiada, ao lado da Polícia Federal, policiais da Câmara e do Senado, agentes penitenciários federais e policiais civis do Distrito Federal

As mudanças nas aposentadorias de policiais e agentes penitenciários federais custarão aos cofres públicos de R\$ 32 bilhões. É o valor estimado de prejuízo em 90 anos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, em [estudo](#) de maio a que o portal de notícias Poder360 teve acesso. Em 17 de junho, o presidente Jair Bolsonaro assinou parecer vinculante que mudou as regras. Procurada, a secretaria não comentou o estudo.

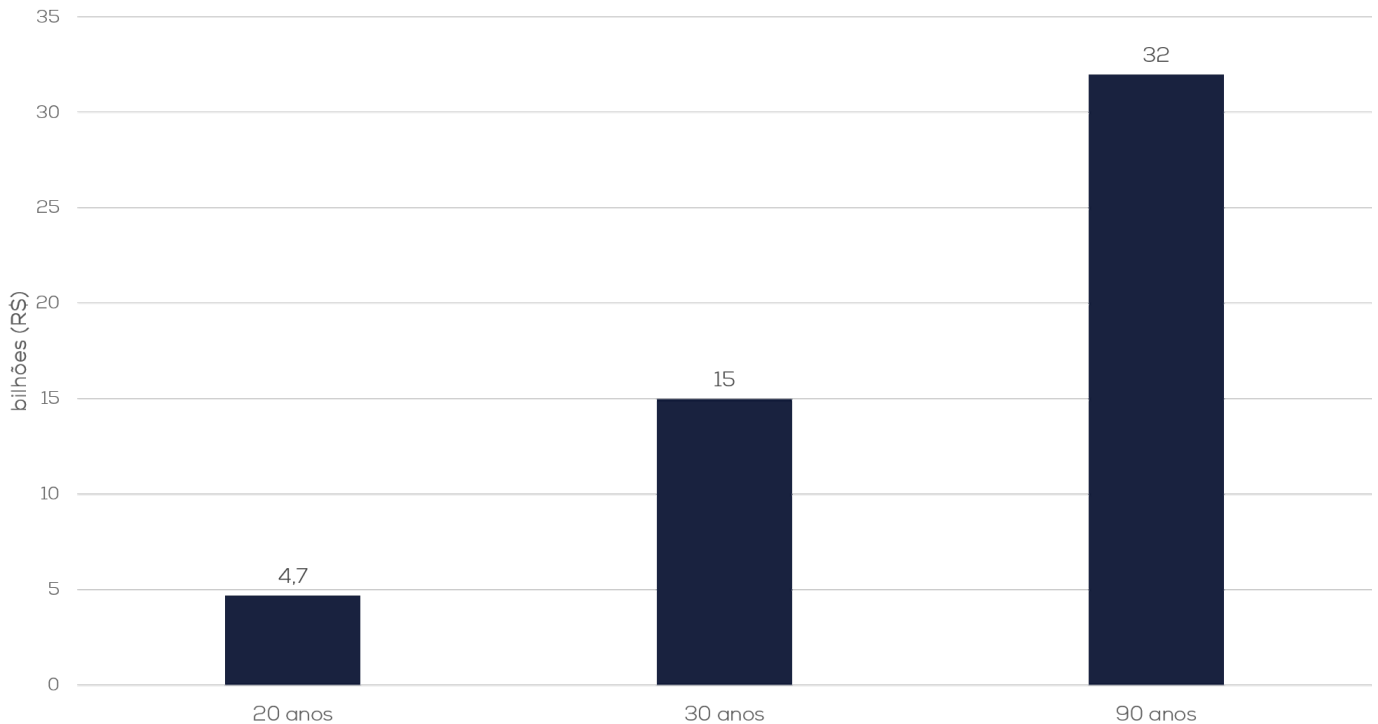
Antes do parecer vinculante, só policiais e agentes penitenciários federais que entraram antes de 2003 tinham esse benefício, regra idêntica à dos demais funcionários públicos federais. Os que entraram até 2013, teriam direito à média dos salários na carreira. E os que entraram depois teriam o teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), atualmente de R\$ 6.101 mais Previdência complementar.

Bolsonaro estendeu a integralidade para os policiais federais, rodoviários federais, legislativos e agentes penitenciários que tomaram posse de seus cargos até novembro de 2019. Policiais civis do Distrito Federal também foram beneficiados, porque seus salários saem de 1 fundo sustentado pela União.

Além da integralidade, o grupo da segurança pública pago com recursos federais também é contemplado pela paridade: receberá todos os aumentos e benefícios que forem concedidos aos colegas que estão na ativa.

Em 10 anos, a mudança trará, ao invés de prejuízo, superavit de R\$ 94 milhões para o governo. Porque os policiais e agentes contribuirão sobre o salário total que recebem. Atualmente, contribuem sobre o valor do teto do INSS e têm direito a previdência complementar, à qual fazem contribuições que tem contrapartida equivalente do governo. Mas em 20 anos esse ganho terá desaparecido e haverá deficit acumulado, que seguirá crescendo. Levará 90 anos até o fim das aposentadorias e pensões que terão aumento.

Custo da mudança



Delegado defende súmula

O presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, Edvandar Paiva, afirma que já havia decisão judicial em 1ª instância favorável à manutenção da integralidade e paridade para quem entrou na carreira até 2019.

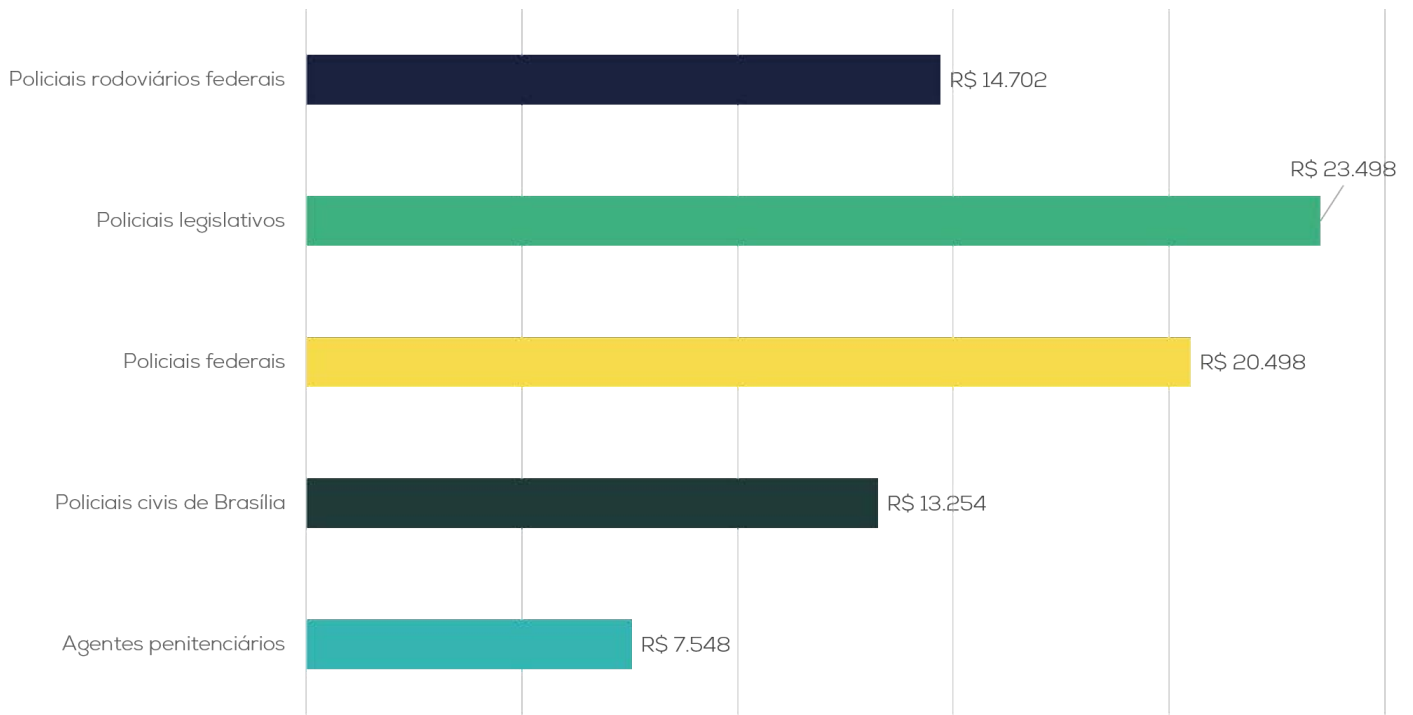
Durante a tramitação da reforma da Previdência no Congresso, o governo prometeu publicar o parecer vinculante depois de promulgada a emenda constitucional. Assim foi feito. Há cerca de 1.600 delegados na PF, dos quais 280 entraram de 2013 a 2019 e são os mais beneficiados com a súmula.

Paiva avalia que, mesmo com essa concessão, houve injustiça, porque os militares mantiveram a paridade e a integralidade de forma permanente, inclusive para quem entrar depois da reforma. “É como ter dois filhos e tratá-los de forma diferente, colocando um em escola melhor do que o outro”, diz.

Segundo o presidente da associação, será um problema ter policiais trabalhando juntos com regimes de aposentadoria diferentes: quem entrou antes e depois da reforma.

Paiva não considera injusto o fato de a reforma ter retirado muito mais direitos da maior parte da população. “Situações diferentes têm que ter tratamento diferente. Estamos expostos a riscos, não podemos fazer greve, não temos FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e muitas vezes temos que nos mudar rapidamente de um Estado para outro”, afirma.

Remuneração média

**Paulo Silva Pinto**

Formado em jornalismo pela USP (Universidade de São Paulo), com mestrado em história econômica pela LSE (London School of Economics). Atualmente, é editor do portal de notícias Poder360

* Texto originalmente publicado no Poder360, no dia 24 de julho. <https://www.poder360.com.br/governo/mudanca-em-aposentadoria-de-policiais-custara-r-32-bilhoes/>

[https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q - 7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhnb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpb6-urnqf-yg5si-ohcr8](https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhnb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpb6-urnqf-yg5si-ohcr8)

